

Nova Zelândia: "Nunca mais" - a investigação pública sobre abusos históricos em instituições do Estado

Resumo

Ao longo dos últimos vinte anos, os grupos Maori e de pessoas com incapacidade na Nova Zelândia têm vindo a apelar a uma investigação independente sobre as causas profundas das falhas sistémicas no sistema de cuidados do país. Claramente indisponível para realizar um inquérito público sobre abusos nas instituições de crianças, o governo da Nova Zelândia [finalmente acedeu](#), em fevereiro de 2018, anunciando a Comissão Real de Inquérito sobre Abuso Histórico nas Instituições do Estado.

Contexto

Mais de [100.000 crianças](#) na Nova Zelândia foram retiradas das suas famílias e colocadas em instituições do Estado entre 1950 e 1992. Estas incluem casas de acolhimento, orfanatos, hospitais psiquiátricos, campos de saúde, lares para crianças e casas de educação especial. Algumas crianças foram colocadas nestas instituições por crimes tão simples como [roubar um lápis](#) ou faltar à escola. Outras acabaram em lares depois de terem tido problemas familiares.

Quase metade das crianças em lares estatais nos anos 70 eram de [origem maori](#) e, em algumas instituições, constituíam [80%](#) dos residentes. A institucionalização foi, em parte, uma resposta ao elevado número de indígenas que se mudaram para as cidades após a Segunda Guerra Mundial em busca de melhores oportunidades. Enquanto os pais trabalhavam longas horas para fazer face às despesas, as crianças eram frequentemente deixadas sozinhas. As crianças com dificuldades de aprendizagem foram também [retiradas à força](#) das famílias, num esforço para fazer com que a sociedade se conformasse com o ideal percebido de cidadãos brancos, europeus e não incapacitados.

Muitas foram retiradas de lares estruturados e colocadas em instituições superlotadas onde sofreram abusos sexuais, físicos e psicológicos e negligência durante muitos anos. O legado de intenso trauma relacionado com o abuso institucional de crianças provocou, frequentemente, problemas de saúde física e mental na idade adulta. Os dados demonstram que mais de [40% dos reclusos](#) na Nova Zelândia passaram a sua infância em instituições estatais como os lares de crianças, com alguns lares de rapazes a terem 80% das crianças acabarem na prisão em adultos.

A história de Netta Christian

Netta Christian, uma avó viúva de Hamilton, Nova Zelândia, passou quase 20 anos em famílias de acolhimento. Em 2002, [começou a procurar indemnização](#) por abuso físico, psicológico e sexual que sofreu enquanto esteve em instituições, mas ficou indignada quando teve de pagar o valor de 10.000 dólares neozelandeses para cobrir os honorários

legais. Desde então, a sua ambição de vida é mudar o sistema para melhor. Em 2011, Christian, com 73 anos de idade, colocou um aviso público no jornal *New Zealand Herald* destacando os danos sofridos em criança. No entanto, o jornal interessou-se pela sua história e publicou um artigo de primeira página, levando muitas pessoas a contactá-la para aconselhamento e apoio.

Como resultado, Christian abordou a *Care Leavers Australia Network* (CLAN), e trabalhou com eles para fundar a filial da organização na Nova Zelândia, que dirige com Pat McNair, a esposa de um homem saído das instituições do Estado e representante da CLAN na Nova Zelândia (CLAN NZ). O seu objetivo é conseguir justiça e reparação para todos os neozelandeses que cresceram em orfanatos, instituições, lares de crianças ou em famílias de acolhimento. A CLAN NZ é um grupo de cinco ativistas que trabalham voluntariamente e, desde o início de 2012, a organização tem oferecido apoio aos seus membros, incluindo o pedido de registos e a apresentação de ações legais. Num futuro próximo, planeiam aumentar os seus esforços de pressão para conseguir reconhecimento, reparação e serviços de apoio para todos os que saem de instituições de cuidado no país.

"Reparação" deficiente

Cerca de vinte anos antes da fundação da CLAN NZ, indivíduos saídos do sistema de acolhimento começaram a [levantar](#) publicamente a [questão dos abusos nas instituições](#). Em 2001, o governo [emitiu um pedido de desculpas e concedeu uma indemnização](#) a um grupo de antigos pacientes do hospital psiquiátrico de Lake Alice, após um relatório de um juiz reformado que os tinha entrevistado ter considerado credíveis as suas alegações de abuso e negligência. A notícia espalhou-se para outros antigos pacientes de instituições psiquiátricas do país e o governo criou um serviço de escuta confidencial para que falassem sobre os abusos que sofreram.

Inspirados por estes processos, os ativistas saídos de instituições apresentaram mais queixas sobre abusos em instituições do Estado. Em resposta, o governo criou um esquema de indemnização universal, disponível a qualquer pessoa que tenha sofrido danos nas instituições, sujeito à validação das suas alegações. Para além da indemnização financeira, os candidatos poderiam receber um pedido individual de desculpas e acesso a um apoio de aconselhamento limitado. O governo pagou [17 milhões de dólares neozelandeses, pediu desculpa a mais de 1.000 vítimas](#) e concebeu um processo de resolução rápida. Qualquer indivíduo saído das instituições do Estado poderá também contactar o *Confidential Listening and Assistance Service* (CLAS) para contar a sua história, aceder a informações pessoais e conhecer as opções de reparação disponíveis. De 2008 a 2015, o CLAS ouviu 1.100 sobreviventes que foram abusados nas instituições do Estado entre os anos 50 e os anos 80.

Em 2016, o CLAS publicou um relatório intitulado ["Some Memories Never Fade"](#), que revelou abusos sexuais, físicos e psicológicos sofridos por crianças em instituições de cuidados e lares adotivos durante muitos anos. Na sequência das conclusões, a responsável do CLAS, a juíza Carolyn Henwood, apelou à criação de um organismo

independente para resolver as queixas antigas e atuais, para descobrir a extensão dos abusos sofridos e para impedir que as violações aconteçam no futuro.

O governo, no entanto, rejeitou a recomendação final do CLAS, dizendo que a equipa de queixas históricas do Ministério do Desenvolvimento Social estava a alcançar o seu objetivo. Segundo o governo, "o Ministério do Desenvolvimento Social [não tinha] encontrado provas de fracasso sistémico e a maioria das crianças em instituições [estatais] não sofreram abusos".¹

Quem se recusa a aprender com o passado está condenado a repeti-lo

Em novembro de 2016, Grant West, saído do famoso lar de rapazes Epuni, recebeu um pedido de desculpas do Ministério do Desenvolvimento Social e um pagamento de uma indemnização de 40.000 dólares neozelandeses. Falando sobre a sua infância, [referiu](#): "Colocaram-nos numa equipa de basquetebol, mas não era uma equipa de basquetebol - era para nós, crianças, sermos levadas e prostituídas para homens no exterior. Fui abusado numa casa de acolhimento e por um responsável do Exército de Salvação - tudo pessoas [que] deviam ajudar-me". West disse que contou os abusos inúmeras vezes à polícia e aos assistentes sociais, mas nunca se fez nada. West também sente que as desculpas pessoais não significaram nada, porque o governo não aprendeu com os seus erros. Apresentou uma petição ao Parlamento da Nova Zelândia, apelando a um inquérito independente sobre todas as instituições que cuidavam de crianças.

À primeira vista, parecia que o CLAS e o sistema de indemnização rápida do Ministério do Desenvolvimento Social funcionavam bastante bem. O governo da Nova Zelândia criou essencialmente um esquema de reparação para os sobreviventes, tendo muitas pessoas sido ouvidas e tendo sido pagas, em resultado, somas consideráveis de dinheiro. Então porque surgiram mais apelos a um inquérito público?

Na realidade, o âmbito e o mandato dos processos de reparação do governo eram limitados. O CLAS era essencialmente um inquérito à porta fechada onde a informação era oculta da vista do público. De acordo com Pat McNair do CLAN NZ: "Muitas pessoas saídas de instituições não puderam participar porque o serviço foi encerrado prematuramente e ouviram falar dele demasiado tarde. A maioria das pessoas que realmente tomaram conhecimento, tomaram por acidente. Não estava em todos os jornais, TV ou meios de comunicação."

Como resultado, o CLAS tinha um alcance limitado. Apenas 1% dos mais de 100.000 indivíduos saídos de instituições participaram no processo de reparação liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Social. A verdadeira extensão dos abusos sofridos pelas crianças e adolescentes é ainda desconhecida. Netta Christian, do CLAN NZ, suspeita que podem existir até 50.000 casos de abuso na Nova Zelândia, dado o número de crianças em instituições e a cultura de abuso e sigilo nas instituições envolvidas.

¹ Murray S., Supporting Adult Care-Leavers: International Good Practice, Bristol Policy Press, 2015, 53.

A advogada de Wellington, Sonja Cooper, foi uma das principais individualidades a exigir regularmente um inquérito independente sobre abusos históricos nas instituições do Estado durante quase 20 anos. Cooper tem mais de 800 clientes alegando maus tratos ao cuidado do Estado, tendo também representado Netta Christian, ganhando-lhe um acordo extrajudicial com o Ministério do Desenvolvimento Social. [Referiu](#) Cooper: "Uma das razões pelas quais o ministério introduziu um processo de resolução rápida interna foi a tentativa de pôr termo a quaisquer apelos de um processo independente para resolver estas queixas. É-lhes conveniente que este processo coercivo seja conduzido pelo próprio departamento governamental, onde é "pegar ou largar". Aceita-se um grupo de clientes bastante vulnerável e com muitos danos e não se aceita o abuso mais grave que alegam lhes tenha acontecido porque não há nada nos registos. Isto é bastante rentável, não é?"

As pessoas saídas das instituições do Estado argumentaram que os funcionários do departamento governamental que permitiram o seu abuso não deveriam estar a decidir se as suas queixas tinham mérito, ou qual a indemnização que os sobreviventes deveriam receber. McNair recordou: "Foi encarado por todos como se fosse o governo a investigar-se novamente [...] Do ponto de vista dos direitos humanos, sentimos que o CLAS violou os direitos das pessoas abusadas em instituições do Estado, da Igreja ou de solidariedade, negando-lhes uma investigação independente e imparcial".

Embora os processos de reparação introduzidos pelo governo tenham proporcionado resolução para alguns indivíduos, não resolveram os problemas subjacentes e não ajudaram a garantir que eventos semelhantes não voltassem a acontecer. Em 2015, o Comissário da Criança da Nova Zelândia, Russell Wills divulgou o seu [relatório "State of Care"](#), revelando que as crianças retiradas das suas famílias estavam a ser sexual e fisicamente abusadas em lares adotivos e que não havia provas de que estivessem hoje mais seguras em instituições do Estado.

A maior parte dos ativistas saídos de instituições na Nova Zelândia têm pressionado para uma *Royal Commission*, o inquérito público ao mais alto nível na Austrália. "Uma *Royal Commission* obteria respostas a todas as perguntas - porque é que aconteceu, porque é que não foi impedido e porque é que foi permitido que continuasse - e criaria novas proteções para que não voltasse a acontecer", concluiu Grant West.

Povo contra Governo

Durante vários anos, a concentração crescente dos meios de comunicação social nos abusos institucionais, no encobrimento por parte da polícia, dos departamentos governamentais, das Igrejas e instituições de solidariedade levou a um sentimento de maior consciência e preocupação do público. Pelo menos, cinco petições diferentes foram apresentadas ao governo ou ao parlamento por ativistas que recolheram milhares de assinaturas. Muitos outros indivíduos e organizações apelaram a um inquérito público, incluindo sobreviventes de abusos do clero, representantes da Igreja Católica, grupos Maori, organizações de incapacitados e organizações de reforma penal.

Apesar da pressão, o governo da Nova Zelândia mostrou-se relutante em apoiar uma *Royal Commission*. Ao contrário da Austrália, onde muitas instituições eram dirigidas por Igrejas ou instituições de solidariedade, a maior parte dos abusos institucionais de crianças que ocorreram na Nova Zelândia aconteceram em lares geridos pelo Estado. Como tal, ao assumir uma investigação importante, o governo arriscou-se potencialmente a arruinar a sua reputação, inclusive por implementar processos de reparação deficientes para os sobreviventes. De facto, as descobertas do CLAS sobre os níveis de abuso e negligência nas instituições do Estado só foram tornadas públicas depois de Grant Mahy, saído de uma instituição, ter submetido uma carta aberta com 326 assinaturas ao governo solicitando acesso. Mais chocante ainda, um [revelação de um documento oficial](#) discutia como o governo esperava que o número de queixas fosse reduzido à medida que as vítimas "fossem desaparecendo".

Alguns ativistas, incluindo Mahy e Cooper, apresentaram relatórios ao organismo das Nações Unidas que controla o cumprimento pelos Estados da legislação internacional anti-tortura, o Comité contra a Tortura (CAT) que, nas suas recomendações à Nova Zelândia, em 2015, exortou o governo a proporcionar uma reparação adequada às pessoas que foram historicamente abusadas enquanto crianças enquanto se encontravam em instituições estatais. No entanto, o governo da Nova Zelândia reiterou: "Como as alegações [de abuso histórico] geralmente não envolvem alegações de falhas amplas ou institucionais, mas estão predominantemente relacionadas com incidentes e experiências particulares de indivíduos, tal abordagem não é viável aqui. O Governo também determinou que, pelas mesmas razões, o inquérito público não é um mecanismo apropriado".²

Finalmente, foi alcançado um ponto fulcral em novembro de 2016, quando a Comissão de Direitos Humanos da Nova Zelândia enviou ao então Primeiro-Ministro, Bill English, uma [carta aberta e uma petição](#) intitulada *Never Again*, apelando a um pedido de desculpas e a um inquérito abrangente, independente e público sobre abusos históricos nas instituições do Estado. Vinte e nove proeminentes neozelandeses assinaram a petição, incluindo o Comissário Principal dos Direitos Humanos, o Comissário dos Direitos dos Incapacitados, o Comissário dos Direitos Indígenas, o Fórum de Líderes Iwi, a Liga Maori para o Bem-Estar da Mulher, e quatro partidos políticos - *Labour*, Maori, *New Zealand First* e o Partido Verde. Mais de 10.000 pessoas tinham assinado a carta aberta.

A 6 de julho de 2017, centenas de cartas manuscritas de sobreviventes e fotografias deles próprios em criança foram apresentadas aos deputados no Parlamento, juntamente com a carta aberta e a petição. Pat McNair do CLAN NZ explicou: "Isto recebeu realmente uma ampla cobertura mediática e muitas pessoas ouviram falar dela. Creio que era necessário um órgão como a Comissão de Direitos Humanos, com o financiamento e o pessoal e a experiência que têm [...] para realmente trazer esta questão a lume."

Mesmo assim, o governo não deu ouvidos. Os representantes do partido Nacional, o partido no poder, não vieram ao Parlamento para receber a petição e mesmo que a posição do

² Murray, 54.

partido tenha enfraquecido um pouco mais tarde, ainda assim manteve que a Nova Zelândia não precisava de um inquérito. Depois, em setembro de 2017, nas eleições parlamentares, o Partido Trabalhista formou um governo de coligação, deixando o Partido Nacional fora do poder. McNair observou: "Todos os políticos foram pressionados durante muito tempo. Penso que é muito difícil para qualquer político fazer vista grossa a tal questão, por isso não me surpreende que todos esses partidos políticos pudessem ver que a *Royal Commission* era necessária". Falando sobre o partido Nacional, disse McNair: "Pensaram que iriam escapar dizendo "não" para sempre."

Anúncio da *Royal Commission*

Durante a sua campanha eleitoral, o partido Trabalhista disse que a Nova Zelândia ainda precisava de uma "conversa nacional" sobre abusos históricos em instituições do Estado e que o *Confidential Listening and Assistance Service* "não terminou o trabalho", uma vez que muitas vítimas ainda não tinham partilhado as suas histórias. Finalmente, a 1 de fevereiro de 2018, foi oficialmente anunciada a criação da Comissão Real de Inquérito sobre Abuso Histórico nas Instituições do Estado.

Falando sobre o anúncio da *Royal Commission*, disse McNair: "Ficámos chocados, surpreendidos e eufóricos. Sempre tínhamos acreditado que acabaria por acontecer, mas tínhamos sérias dúvidas de que fosse no nosso tempo." Tanto Pat como Netta dizem que o público em geral continua "felizmente inconsciente" da extensão do abuso sistémico que tem ocorrido desde os anos 50 e acreditam que todos ficarão "terrivelmente surpreendidos" assim que as conclusões da *Royal Commission* forem cobertas pelos meios de comunicação social.

O inquérito abrange orfanatos, lares de crianças, centros de detenção juvenil, hospitais psiquiátricos e quaisquer serviços de cuidados estatais contratados a instituições privadas. É provável que seja a maior *Royal Commission* alguma vez realizada na Nova Zelândia, que deverá custar [12 milhões de dólares neozelandeses por ano](#).

Muitos sobreviventes afirmaram que as queixas tratadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social eram "humilhantes e arrastadas", pelo que se espera que a *Royal Commission* crie um sistema de apoio gratuito à saúde mental, onde os as pessoas saídas das instituições do Estado receberão consultas com conselheiros e psicólogos à sua escolha antes, durante e após as audiências. A *Royal Commission* terá também um painel consultivo de sobreviventes.

Ao contrário do que acontece na Austrália, a *Royal Commission* da Nova Zelândia examinará todas as formas de abuso infantil - incluindo o abuso físico e emocional e negligência - e não apenas abuso sexual. "O abuso sexual é sempre destacado como o "pior abuso"; contudo grande parte dos danos causados é um produto da própria cultura dos cuidados fora de casa", comentou Pat McNair.

Também ao contrário da Austrália, onde os aborígenes tinham a sua própria investigação

separada (sob a forma do [Inquérito Stolen Generations](#)), a Nova Zelândia nunca admitiu sequer os efeitos da colonização sobre o povo Maori. Espera-se que a *Royal Commission* dê particular atenção às crianças Maori que constituem 61% das crianças em instituições.

Existem, no entanto, algumas críticas. As pessoas saídas das instituições do Estado estão preocupadas com o facto de a investigação ter sido precipitada desde o início e dois ou três anos de operação simplesmente não serem suficientes para que as vítimas se apresentem. Os sobreviventes também são críticos em relação ao prazo proposto, os anos de 1950 - 1999, o que excluirá alguns idosos e jovens. Dizem que a questão é que todos os que ainda estão vivos devem ser autorizados a participar.

O que o futuro reserva

O CLAN NZ é atualmente o único grupo independente de apoio e pressão na Nova Zelândia que trabalha em prol da justiça e da reparação dos que saem das instituições, planeando aumentar as suas operações agora que a *Royal Commission* decorre. Netta Christian está determinada: "Não creio que seja correto que crimes hediondos sejam cometidos contra crianças inocentes e que ninguém seja responsabilizado. Este é o trabalho da minha vida até à morte".

Tanto Netta Christian como Pat McNair esperam que a *Royal Commission* leve a um pedido de desculpas nacional e à criação de um esquema de reparação universal, [tal como na Austrália](#). Segundo elas, é importante que este pedido de desculpas ofereça o reconhecimento público de injustiças em larga escala, aceite a responsabilidade do Estado e sirva como uma promessa de que violações semelhantes não se repetirão. O CLAN NZ sustenta que o esquema de reparação deve incluir uma indemnização justa para os sobreviventes, de modo a cobrir diversos serviços. Estes vão desde o tratamento médico e aconselhamento, à habitação e educação, bem como ao financiamento de comemorações e memoriais.

A *Royal Commission* deve também pressionar para que outras lacunas sejam colmatadas em benefício dos sobreviventes. Por exemplo, tem de ser compilada uma lista exaustiva dos antigos lares de crianças. Depois, o acesso aos registos de infância deve ser revisto - os registos não são reconhecidos como sendo propriedade dos sobreviventes e os processos de acesso aos mesmos são muitas vezes confusos. Além disso, os estatutos de limitações para os sobreviventes de abusos infantis precisam de ser abolidos - atualmente, a maioria dos requerentes só podem intentar ações judiciais seis anos após a ocorrência de um crime. Todos estes processos já aconteceram ou estão atualmente a acontecer na Austrália.

Para tal, o CLAN NZ emitiu comunicados de imprensa, enviou cartas aos editores, estabeleceu ligações com outros ativistas sobreviventes, contactou deputados, reuniu-se com representantes de Igrejas e organizações e contactou com investigadores e advogados. Também participaram em protestos, foram entrevistados por jornalistas e autores e trabalharam em rede com um grande e diversificado grupo de pessoas que passaram algum tempo em instituições.

No entanto, para aumentar a sua pressão, a organização necessita de financiamento. Sendo uma filial de um grupo australiano, o CLAN NZ não é elegível para solicitar qualquer financiamento na Nova Zelândia, e também não pode utilizar o financiamento australiano. Como solução, Pat e Netta criaram o NZ Care Leavers Trust, elegível para pedidos de subvenção feitos na Nova Zelândia.

No entanto, não são muitos osadores que consideram financiar este tipo de organização. Disse Pat McNair: "Dado que a *Royal Commission* é paga pelo governo, classificam o nosso trabalho de pressão como sendo político. Não o vejo de modo algum como sendo político". Espera que o governo afete algum dinheiro a grupos como o seu assim que a *Royal Commission* comece a funcionar, tal como aconteceu na Austrália.

Entretanto, a equipa do CLAN na Austrália continua a fornecer conselhos e apoio inestimáveis aos sobreviventes na Nova Zelândia. Disse McNair: "É bom ter um mentor. Temos reuniões mensais pelo Skype e trocamos e-mails. Eles já passaram por todos estes processos com algumas ligeiras diferenças e puderam aconselhar-nos sobre todo o tipo de assuntos".

Que conselho daria o CLAN NZ a sobreviventes no estrangeiro que querem começar a pressionar, mas não sabem por onde começar? McNair sugeriu: "Comece por um grupo pequeno de apoio no início. Não tente crescer demasiado depressa demasiado cedo. Trabalhe em rede na medida do possível. Utilize as redes sociais, dado que são gratuitas. Envie artigos interessantes e dignos de notícia a jornais e televisão, o que também é gratuito. Se possível, encontre um mentor e aprenda lentamente. Mas o mais importante, nunca desista!"